

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2002
(Do Sr. Genésio Bernardino)

Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei 9.074, de 7 de julho de 1995, para estabelecer prazo de permissão às estações aduaneiras e outros terminais alfandegários de uso público.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei tem por objetivo estabelecer prazo para a permissão de instalação e funcionamento de estações aduaneiras interiores.

Art. 2º O art. 1º da Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995, fica acrescido dos seguintes parágrafos, renumerando-se o parágrafo único para § 1º.

”§ 2º O prazo das concessões e permissões de que trata o inciso VI deste artigo será de vinte e cinco anos, podendo ser prorrogado por igual período.

§ 3º Ao término do prazo, as atuais concessões e permissões, mencionadas no parágrafo anterior, incluídas as anteriores à Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, poderão ser prorrogadas pelo prazo previsto no parágrafo anterior.”

Art.3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As Estações Aduaneiras Interiores são terminais alfandegários de uso público destinadas à prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias sob controle aduaneiro.

Tais serviços podem ser delegados a pessoas jurídicas que também desenvolvam atividades de armazenagem, guarda e transporte de mercadorias. A delegação é efetuada mediante permissão de serviço público e operacionalizada mediante contrato.

Essas instalações, que também se denominam “portos secos”, têm a finalidade de trazer as atividades aduaneiras vinculadas à importação ou à exportação para regiões mais próximas aos produtores ou consumidores, viabilizando, assim, muitas operações de comércio exterior.

Os investimentos realizados pelas empresas que se dedicam a essas operações são vultuosos e o prazo improrrogável de dez anos que é atualmente admitido, em virtude de dispositivo regulamentar, inviabiliza ou torna desinteressante para as empresas, empenharem-se nessa atividade.

A proposição que apresentamos tem o objetivo de corrigir essa impropriedade, tornando possível e atrativo para as empresas o empreendimento que beneficiará especialmente os importadores e exportadores que desenvolvem suas atividades em locais distantes de portos e aeroportos.

Ademais, tais empresas geram 20.200 (vinte mil e duzentos) empregos diretos e indiretos.

Por ter um alto alcance econômico, por facilitar as operações de comércio exterior, a proposição merece dos ilustres pares o apoio e a aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2002.

Deputado GENÉSIO BERNARDINO